

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

PODER 360 - DF - NOTÍCIAS
ANFIP

Caixa-preta do Fisco tem R\$ 197,2 bi em isenção fiscal no Brasil..... 3

PODER 360 - DF - NOTÍCIAS
ANFIP

Petrobras e Vale lideram lista de empresas com mais isenção fiscal..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF definirá se lucro no exterior pode ser tributado no Brasil..... 6

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Conselho da Petrobras deve aprovar hoje pagamento de R\$ 20 bi à União..... 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Novo salário mínimo pede mais uma reforma..... 9

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

No topo do ranking de mais processados..... 11

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi critica desonerações na Previdência e defende plebiscito sobre desvinculação de benefícios (inss)..... 14

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão da Câmara aprova projeto de motoristas de app com INSS de 5% e fim do pagamento mínimo (inss)..... 16

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi critica desonerações na Previdência e defende plebiscito sobre desvinculação de benefícios (inss)..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor com ativo imobilizado alto terá alíquota maior..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança da meta de 2025 afeta dívida e deixa ajuste mais lento..... 22

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Termos - APOSENTADOS..... 25

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Economistas esperam Selic em 10,50%..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

Com fuga de capital, B3 fica na lanterna entre as principais Bolsas no mundo.....28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado espera que Copom encerre ciclo de cortes na Selic.....30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Com risco fiscal em alta, mercado não descarta elevação da Selic em 2025.....32

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Vale a pena deixar seu dinheiro no FGTS?.....34

Caixa-preta do Fisco tem R\$ 197,2 bi em isenção fiscal no Brasil

Hamilton Ferrari

O Fisco disse que o governo federal deixou de arrecadar R\$ 197,2 bilhões em 2022 com as isenções fiscais. A caixa-preta da **Receita Federal** representa somente 1/3 das renúncias fiscais estimadas no país.

O valor registrado em 2022 é 4,46% menor que em 2021, quando somou R\$ 206,4 bilhões. Os dados foram obtidos pelo Poder360, com base em informações oficiais da **Receita Federal** referentes a 2022.

A renúncia fiscal com importações soma R\$ 140,8 bilhões -ou 71,4% do todo. São R\$ 86 bilhões com o Cofins (Contribuição para Financiamento da **Segurança Social**), R\$ 36,3 bilhões com o Imposto de Importação e R\$ 18,5 bilhões com o PIS (Programa de Integração Social).

Há outros R\$ 23,9 bilhões em renúncia fiscal por atuação na área Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Os dados da **Receita Federal** compõem uma seara maior de valores obscuros sobre os incentivos fiscais no Brasil. O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse, em 4 de junho, que o governo tem acesso somente a R\$ 200 bilhões dos R\$ 600 bilhões estimados em renúncia federal.

A Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**) estima que o governo deixa de arrecadar anualmente R\$ 789,6 bilhões com isenções fiscais. Além dos incentivos mostrados, há isenções como Simples, Zona Franca de Manaus e desoneração da folha salarial de 17 setores.

A **Receita Federal** criará um sistema para que pessoas jurídicas sejam obrigadas a informar as leis e benefícios fiscais utilizados para abater o pagamento de **tributos**. Segundo Barreirinhas, o alvo é o benefício "menorzinho" e "picadinho", mas que tem grande impacto nas contas públicas do país.

"A maior parte deles são de auto fruição. O contribuinte não avisa que está fruindo aquele benefício. Ele, simplesmente, reduz o valor do tributo

recolhido", declarou Barreirinhas. Só o PIS/Cofins tem 200 regimes especiais, segundo o secretário.

O formulário a ser preenchido terá uma inteligência artificial para que o Ministério da Fazenda consiga separar aqueles que estão sendo utilizados indevidamente.

A instrução normativa que instala o sistema não foi publicada. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia dito, na 2ª feira (10.jun.2024), que entraria em vigor nesta 2ª feira (17.jun.2024).

A Petrobras e a Vale lideram a lista de empresas com mais isenção fiscal no Brasil. Dos R\$ 197,2 bilhões discriminados por companhia, ambas respondem por R\$ 18,2 bilhões -ou 9,2% do total.

A estatal do ramo de petróleo detém R\$ 11,8 bilhões em renúncias fiscais. A Vale, R\$ 6,4 bilhões. GE Celma, a Latam e a FCA Fiat Chrysler (agora Stellantis) completam o top 5 empresas com mais isenções fiscais no Brasil.

No top 10 tem montadoras, empresa de fertilizantes, de tecnologia, de aviação e de tecnologia na agricultura. Leia os detalhes no infográfico abaixo:

Tanto a Petrobras quanto a Vale tiveram uma explosão de benefícios fiscais em 2021 e uma queda no ano seguinte. A empresa de mineração teve um lucro atípico em áreas de exploração em que recebe benefícios fiscais no Norte e Nordeste, o que contribuiu para o valor maior de isenção naquele ano.

A isenção fiscal da Petrobras caiu de R\$ 29,3 bilhões para R\$ 11,8 bilhões, o que corresponde a uma queda de R\$ 17,4 bilhões, ou 59,6%, em 1 ano. A maior parte desta diminuição se deve ao Imposto de Importação, que foi de 1,2 bilhão em renúncia em 2022. Havia sido de R\$ 12,5 bilhões em 2021.

O Poder360 procurou a Petrobras, mas a empresa disse que não comentaria os questionamentos da reportagem. Leia aqui a íntegra das manifestações das 5 empresas que mais têm isenções fiscais.

O Poder360 juntou os diversos anexos disponibilizados pela **Receita Federal** em sua página e usou apenas informações até 2022, já que era o

último ano com todas as isenções. Nos dados há apenas informações parciais sobre o Perse (Programa Emergencial de Retomada de Eventos).

As isenções de 2021 (um total de R\$ 206 bilhões) são menores do que as informada anteriormente pela Receita para o mesmo ano (R\$ 215 bilhões). A maior diferença se deve a um volume menor de incentivos computados para Vale. O Fisco e a empresa não responderam aos questionamentos do Poder360 sobre a mudança.

Site: <https://www.poder360.com.br/economia/caixa-preta-do-fisco-tem-r-1972-bi-em-isencao-fiscal-no-brasil/>

Petrobras e Vale lideram lista de empresas com mais isenção fiscal

Tiago Mali

A Petrobras e a Vale lideram a lista de empresas com mais isenção fiscal no Brasil. Dos R\$ 197,2 bilhões de renúncias no país, ambas companhias respondem por R\$ 18,2 bilhões -ou 9,2% do total.

A estatal do ramo de petróleo detém R\$ 11,8 bilhões em isenções. A Vale, R\$ 6,4 bilhões. Os dados foram obtidos pelo Poder360, com base em informações oficiais da **Receita Federal** referentes a 2022.

A GE Celma, a Latam e a FCA Fiat Chrysler (agora Stellantis) completam o top 5 empresas com mais isenções fiscais no Brasil. No top 10 tem montadoras, empresa de fertilizantes, de tecnologia, de aviação e de tecnologia na agricultura. Leia os detalhes no infográfico abaixo:

Tanto a Petrobras quanto a Vale tiveram uma explosão de benefícios fiscais em 2021 e uma queda no ano seguinte. A empresa de mineração teve um lucro atípico em áreas de exploração em que recebe benefícios fiscais no Norte e Nordeste, o que contribuiu para o valor maior de isenção naquele ano.

A isenção fiscal da Petrobras caiu de R\$ 29,3 bilhões para R\$ 11,8 bilhões, o que corresponde a uma queda de R\$ 17,4 bilhões, ou 59,6%, em 1 ano. A maior parte desta diminuição se deve ao Imposto de Importação, que foi de 1,2 bilhão em renúncia em 2022. Havia sido de R\$ 12,5 bilhões em 2021.

O Poder360 procurou a Petrobras, mas a empresa disse que não comentaria os questionamentos feitos pela reportagem. Leia aqui a íntegra das manifestações das 5 empresas que mais têm isenções fiscais no Brasil.

O Poder360 juntou os diversos anexos disponibilizados pela **Receita Federal** em sua página e usou apenas informações até 2022, já que era o último ano com todas as isenções. Nos dados há apenas informações parciais sobre o Perse (Programa Emergencial de Retomada de Eventos).

As isenções de 2021 (um total de R\$ 206 bilhões) são menores do que as informadas anteriormente pela Receita para o mesmo ano (R\$ 215 bilhões). A maior diferença se deve a um volume menor de incentivos

computados para a Vale. O Fisco e a empresa não responderam aos questionamentos do Poder360 sobre a mudança.

Os dados da **Receita Federal** compõem uma seara maior de valores obscuros sobre os incentivos fiscais no Brasil. O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse, em 4 de junho, que o governo tem acesso somente a R\$ 200 bilhões dos R\$ 600 bilhões estimados em renúncia federal.

A Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**) estima que o governo deixa de arrecadar anualmente R\$ 789,6 bilhões com isenções fiscais. Além dos incentivos mostrados, há isenções como Simples, Zona Franca de Manaus e desoneração da folha salarial de 17 setores.

A **Receita Federal** criará um sistema para que pessoas jurídicas sejam obrigadas a informar as leis e benefícios fiscais utilizados para abater o pagamento de **tributos**. Segundo Barreirinhas, o alvo é o benefício "menorzinho" e "picadinho", mas que tem grande impacto nas contas públicas do país.

"A maior parte deles são de auto fruição. O contribuinte não avisa que está fruindo aquele benefício. Ele, simplesmente, reduz o valor do tributo recolhido", declarou Barreirinhas em 4 de junho. Só o PIS/Cofins (Programa de Integração Social/ Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**) tem 200 regimes especiais, segundo o secretário.

O formulário a ser preenchido terá uma inteligência artificial para que o Ministério da Fazenda consiga separar aqueles que estão sendo utilizados indevidamente.

A instrução normativa que instala o sistema não foi publicada. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia dito, na 2ª feira (10.jun.2024), que entraria em vigor nesta 2ª feira (17.jun.2024).

Site: <https://www.poder360.com.br/economia/petrobras-e-vale-lideram-lista-de-empresas-com-mais-isencao-fiscal/>

STF definirá se lucro no exterior pode ser tributado no Brasil

Beatriz Olivon De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá definir se tratados firmados entre o Brasil e outros países devem afastar a tributação da matriz nacional sobre ganhos de empresas coligadas e controladas no exterior. Atualmente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** divergem sobre essa possibilidade, o que tem levado companhias a recorrer ao Judiciário.

A questão é tão relevante que foi objeto do primeiro edital da nova fase de transação - negociação de pagamento de débitos com a Fazenda Nacional - aberto no fim de 2023 para "teses tributárias". Na época, a Fazenda apontou cerca de 200 processos em tramitação sobre o tema - 150 na esfera administrativa e 50 na judicial -, que somavam ao redor de R\$ 69 bilhões.

O STF começou a analisar a aplicação de tratados contra a incidência de IR e CSLL referente a lucro auferido no exterior no mês de maio. Mas um pedido de vista, após o voto do relator, ministro André Mendonça, favorável aos contribuintes, suspendeu o julgamento. O prazo para um processo voltar à pauta do Supremo depois de um pedido de vista é de 90 dias.

No mesmo mês de maio, no STJ, a ministra Regina Helena Costa, por meio de decisão monocrática, aceitou que tratados afastem a tributação no Brasil, enquanto a 1ª Turma da Câmara Superior do **Carf** manteve a autuação fiscal em outro caso semelhante. Segundo advogados, a divergência acaba por incentivar a judicialização.

O processo que está sendo julgado pelo Supremo é um recurso da Fazenda contra uma decisão do STJ, do ano de 2014 (RE 870214). Na ocasião, a 1ª Turma havia decidido que não incide IR e CSLL sobre o lucro de controladas situadas em países com os quais o Brasil firmou tratados para evitar a bitributação sobre a renda. No caso, unidades, da companhia mineradora Vale, eram localizadas na Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo.

O STJ considerou, naquele caso, que deve prevalecer o artigo 7º dos tratados que seguem o modelo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE). O dispositivo estabelece que esses lucros só podem ser tributados no país de origem. Assim, essas empresas não se submetem à tributação no Brasil, como determinava o artigo 74 da Medida Provisória (MP) nº 2.158, de 2001.

No voto, Regina Helena Costa afirmou que a Corte adota entendimento segundo o qual, no caso de empresa controlada, dotada de personalidade jurídica própria e distinta da controladora, nos termos dos Tratados Internacionais, os lucros auferidos são lucros próprios e assim tributados somente no país do seu domicílio (REsp 1325709).

"A sistemática adotada pela legislação fiscal nacional de adicioná-los ao lucro da empresa controladora brasileira fere os Pactos Internacionais Tributários e infringe o princípio da boa-fé na relações exteriores, a que o Direito Internacional não confere abono", afirma no voto, citando o precedente da 1ª Turma do STJ, do ano de 2014.

Já no **Carf**, a 1ª Turma da Câmara Superior manteve autuação semelhante (16561.720158/2013-15) em julgamento realizado em 20 de maio. No caso, o auto de infração foi recebido pela Andrade Gutierrez Engenharia referente a lucros auferidos no exterior por controladas na Argélia, Peru, Espanha e Portugal.

No STF, o relator, ministro André Mendonça, afirma no voto que, uma vez que os tratados foram pactuados, não se admite o descumprimento de maneira unilateral pelo Brasil nem seu uso abusivo pelas empresas.

Ainda segundo o ministro, a decisão no caso concreto depende da aplicação específica de normas infraconstitucionais, mas, se admitida a discussão constitucional, se afastarem os efeitos do artigo 7º desses tratados, além do inadimplemento unilateral do pacto, será frustrada a confiança dos contribuintes que estruturaram suas operações tendo em vista a legislação e a interpretação no momento em que decidiram a estrutura de suas operações.

No voto, Mendonça afirma que o Brasil atrai investimentos ao pactuar acordos. Diz ainda que eventual redução na arrecadação da tributação sobre matrizes nacionais compensa-se com o influxo de multinacionais estrangeiras que se instalam no país. Faltam dez votos.

A advogada Priscila Faricelli, sócia do Demarest Advogados, destaca um julgado do STF, citado em decisões do **Carf** favoráveis ao Fisco, fazendo uma diferenciação entre ele e a discussão atual. Diz que a ADI nº 2588 discute a tributação quando a empresa lá fora está em um paraíso fiscal. Mas aponta que a composição do STF mudou muito desde esse julgamento e que o processo da Vale, julgado pelo STJ, fala de países com os quais o Brasil tem tratado e não são paraísos fiscais.

Já o advogado Raphael Lavez, sócio do Lavez Coutinho Advogados, diz que o **Carf** é consistente em manter o entendimento favorável à Fazenda por meio do voto de qualidade (desempate). No caso analisado em maio, diz que o relator havia citado a jurisprudência do STJ, mas ficou vencido.

De acordo com Lavez, existem tratados que expressamente permitem a tributação nacional, mas o **Carf** tem esse entendimento, atualmente, para qualquer tratado. "Falta, na jurisprudência do **Carf**, reconhecer especificidades dos tratados em si", afirmou o advogado.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que o **Carf** segue as premissas do entendimento firmado pelo STF em precedentes como a ADI nº2588. Segundo o órgão, restou definido que os lucros obtidos por meio de controladas e coligadas no exterior estão disponíveis, jurídica e economicamente, para a empresa residente no Brasil. "A renda pertence à empresa residente no Brasil, e não às empresas sediadas no exterior", diz.

Ainda segundo o órgão, existe vedação nos tratados para que um país tribute a renda de uma empresa situada no outro país signatário do tratado. Sobre os precedentes do STJ, a PGFN esclarece que apenas os julgados na forma de recursos repetitivos produzirão efeito vinculante para o **Carf**, o que ainda não aconteceu. A PGFN ainda atua perante o STJ para fazer prevalecer a tese de que a tributação recai sobre os lucros disponíveis para a empresa residente no Brasil.

R\$69bi eram discutidos em 2023 sobre o tema

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187904>

Conselho da Petrobras deve aprovar hoje pagamento de R\$ 20 bi à União

Está marcada para hoje à tarde uma reunião extraordinária do Conselho de Administração da Petrobras marcada com um único objetivo: ajudar o governo a fechar as contas.

Será votado o pagamento de R\$ 20 bilhões à **Receita Federal** para encerrar litígios da estatal com o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Um montante mais do que bem vindo para um governo que precisa desesperadamente arrecadar e diminuir o rombo nas contas públicas deste ano.

Os processos administrativos somavam originalmente R\$ 45 bilhões. São relativos às autuações fiscais do **Carf** sobre as remessas de valores ao exterior para pagamento de afretamentos de embarcações de exploração de petróleo.

Houve, porém uma repactuação e o valor caiu para R\$ 20 bilhões.

A negociação entre o governo e a estatal começou ainda no ano passado e envolveu diretamente o ministro Fernando Haddad e o então presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Como o governo tem maioria no conselho, a aprovação desse pagamento na reunião de logo mais do conselho é líquida e certa.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/06/conselho-da-petrobras-deve-aprovar-hoje-pagamento-de-r-20-bi-a-uniao.ghtml>

Novo salário mínimo pede mais uma reforma

A regra que estipula ganhos reais ao salário mínimo, hoje em R\$ 1.412, acelerou a necessidade de discutir uma nova reforma da Previdência, avaliaram especialistas em seminário promovido pela Fundação Getúlio Vargas na última quarta-feira (12). O debate também abordou o futuro previdenciário do país após a reforma de 2019.

Na análise de Fábio Giambiagi, pesquisador associado do FGV IBRE, e Paulo Tafner, presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, o piso salarial mais alto acentua os gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) em uma velocidade maior do que a prevista cinco anos atrás.

"A mudança da regra do salário mínimo tem efeitos devastadores para o futuro da Previdência. A reforma de 2019 não foi feita para reduzir a despesa do **INSS**, e todo mundo sabia que os gastos continuariam aumentando, mas aumentariam em uma velocidade maior na ausência da reforma", diz Giambiagi.

"O novo salário mínimo desloca para cima essa curva de gastos e se sobrepõe às tendências demográficas em curso que já normalmente fariam que o número de beneficiários do **INSS** aumentasse entre 2% e 3% nos próximos anos."

Ajuste conforme o **PIB**

Parte das promessas da campanha eleitoral, a regra do piso salarial foi alterada no ano passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, em vez de só corrigido pela **inflação** do ano anterior, também entra na conta um ajuste conforme o Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes, que garante aumentos reais aos vencimentos.

A mudança impacta diretamente no valor dos benefícios do **INSS**, como aposentadorias, pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Hoje, dois terços dos benefícios previdenciários correspondem ao valor de um salário mínimo e se beneficiam da política de valorização - ou seja, cada real adicional no piso tem um custo extra de R\$ 391,8 milhões para os cofres públicos.

Com isso, para os especialistas, a Previdência teria que passar por uma nova reforma, dessa vez também olhando para outros pontos vistos como essenciais, tais como: aposentadoria de trabalhadores rurais; parâmetros de aposentadoria para homens de 65 anos; diferença de idade mínima para aposentadoria

entre homens e mulheres; benefícios para quem não contribuiu ao **INSS**; tempo de serviço mínimo de 15 anos.

Limite de crescimento

A proposta de desvinculação de benefícios tem sido aventada por alguns membros do governo, como a ministra do Planejamento, Simone Tebet. Conforme mostrou a Folha de S.Paulo, o Ministério da Fazenda também estuda propor a alteração das regras orçamentárias para saúde e educação de forma a aproximar o crescimento dessas despesas à lógica do arcabouço fiscal, que limita o conjunto dos gastos federais a uma alta real de até 2,5% ao ano.

De acordo com um integrante da equipe econômica, o crescimento real dos pisos passaria a ser limitado aos mesmos 2,5% previstos no arcabouço. Também estão em análise alterações nas regras de certos benefícios previdenciários, como o auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) - que passariam a ser desvinculados do salário mínimo.

Por se tratar de um tema caro ao governo, Tafner avalia que a desvinculação defendida por Tebet não deve acontecer.

"O único caminho factível é o presidente voltar atrás, reconhecer que errou e mandar um projeto de lei para o Congresso, via medida provisória, restabelecendo o reajuste do salário mínimo apenas pela **inflação**", defende.

Para os especialistas, Lula teria que manter a nova regra para 2025 e garantir os R\$ 1.502 já anunciados, visto a proximidade da elaboração do orçamento do próximo ano, e, a partir de 2026, voltar à anterior.

Ao fazer isso, na visão deles, o presidente agradaria o mercado e tiraria a pressão "equivocadamente" imposta sobre o **INSS**.

Eles ainda criticam a forma com que o debate tem aparecido dentro do governo - sobretudo por ações de Haddad, "que tem parecido um macaco em uma loja de cristais e feito movimentos que não são adequados ao tratamento de questões como essa", diz Tafner.

O chefe da ala econômica do governo afirmou na última terça-feira que está estudando mudanças nos benefícios do **INSS**, junto a técnicos do governo, e levará a Lula medidas para conter os gastos públicos.

"Não é assim que se faz as coisas.

Isso se conversa internamente e só aparece publicamente quando já há aval do poder político. Há alguma suspeita de que esse aval exista?

Nenhuma. Tudo indica que, quando isso for levado ao presidente, ele não vai gostar da ideia", afirma Giambiagi (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17765>

No topo do ranking de mais processados

Leticia Lopes

Deixando para trás bancos, governos estaduais e até empresas, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é a instituição mais processada do país. O órgão da **Previdência Social** acumula cerca de 3,8 milhões de ações judiciais, o que representa 4,5% dos processos em tramitação na Justiça brasileira. Segundo especialistas, problemas com perícias médicas e entraves nos sistemas são os principais gargalos que levam a uma judicialização excessiva dos pedidos de aposentadoria, pensões e outros auxílios.

Os dados são da última edição do relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Caixa Econômica Federal aparece na segunda posição do ranking, com 2,8% do total de ações (2,4 milhões de processos), seguida do banco Bradesco, com 0,68% (572 mil processos).

Só pedidos relacionados a benefícios por incapacidade respondem por quase 1,3 milhão de ações ou 34% de todos os processos contra o **INSS**.

A maioria são ações de segurados em busca do benefício por incapacidade temporária - seja ele o auxílio-doença tradicional (nos casos de doença ou acidente) ou o acidentário (nos casos de acidente de trabalho ou doença laboral) -, que soma quase 800 mil pedidos aguardando decisão judicial.

A antiga aposentadoria por invalidez, quando a incapacidade do trabalhador é permanente, também se destaca, com 496 mil processos.

Mas outros tipos de pedidos de benefício chamam a atenção, como a aposentadoria por tempo de contribuição, que acumula 537,7 mil ações judiciais, e a aposentadoria especial - nos casos em que o trabalhador é exposto a insalubridade, periculosidade ou penosidade -, que tem quase 245 mil ações.

Uma delas é a do empresário Ricardo Motta, de 62 anos. Morador de Niterói, ele deu entrada em 2018 na aposentadoria, mas o **INSS** não reconheceu a periculosidade dos anos em que ele atuou como eletricitário numa subestação de energia.

Ricardo recorreu da decisão pelas vias administrativas, mas o requerimento foi novamente indeferido. A saída foi buscar a Justiça.

- A periculosidade aumentaria o meu tempo de contribuição, mas o **INSS** ignorou o documento da empresa que atesta os riscos da atividade que eu prestava. Já ganhei a periculosidade na Justiça, mas eles recorreram - conta o empresário.

Sobre o caso de Ricardo, o **INSS** informou, em nota, que o pedido não foi reconhecido por mudanças na legislação.

Problemas na análise de documentos

Especialista em Direito Previdenciário, a advogada Jeanne Vargas afirma que problemas na análise de documentos, principalmente laudos médicos - no caso dos pedidos de benefício por incapacidade -, levam segurados à Justiça em busca de que seus direitos sejam garantidos.

A demora na análise também é um impasse: muitos acabam optando pela ação judicial antes mesmo de recorrer administrativamente da negativa por conta do tempo de apreciação dos pedidos no Conselho de Recursos da **Previdência Social** (CRPS), a "segunda instância" do **INSS**.

- O cenário ideal é que só fossem remetidos ao Judiciário casos mais complexos, mas o que a gente vê é que até pedidos muito simples vão parar na Justiça - observa.

A judicialização excessiva dos pedidos gera mais custos para os cofres públicos, além de prolongar para o segurado a espera pela concessão. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPrev), Diego Cherulli calcula que a análise administrativa do pedido é cerca de dez vezes mais barata do que um processo judicial: - E quanto mais instâncias essa ação sobe na Justiça, mais cara ela fica. Quando o pagamento é determinado, ainda entram na conta os juros, correções e multas dos valores atrasados. É um reflexo da ineficiência.

"Número é excessivo", afirma Stefanutto

B Ao EXTRA, o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, argumenta que a quantidade de segurados e contribuintes do órgão, que somam cerca de 100 milhões de pessoas, e o volume mensal de pedidos de benefício recebidos explicam em parte o alto número de ações tramitando na Justiça.

Segundo Stefanutto, o índice de concessão judicial

dos pedidos (fatia dos benefícios liberados pelo **INSS** após determinação da Justiça) está em cerca de 16%, patamar elevado na comparação com países com regimes de Previdência similares ao brasileiro.

- Este número é excessivo.

Temos critérios de concessão em alguns tipos de benefícios mais elásticos no Judiciário do que com o nosso servidor, que deve seguir estritamente como está a lei - analisa.

Sobre os benefícios por incapacidade, o presidente do **INSS** afirma que o aprimoramento do Atestmed (sistema que permite o envio de laudos e atestados médicos pela internet, sem a necessidade de perícia presencial) deve ajudar a reduzir a judicialização dos pedidos: - Com o sistema, faço esse segurado não precisar recorrer à Justiça, porque ele concede o benefício para todos que tenham o atestado correto.

Já percebemos um indício de redução na Justiça. É uma primeira medida.

A MAIORIA Mais de 30% dos processos são sobre benefícios por incapacidade

NA JUSTIÇA Aposentadoria por invalidez e por tempo de contribuição estão entre os pedidos

CUSTOS Análise administrativa do pedido é dez vezes mais barata do que processo judicial

'Cada caso é um caso e tudo precisa ser avaliado'

DEPOIMENTO: JEANNE VARGAS Advogada previdenciária

O segurado pode buscar o Juizado Especial Federal, com ou sem advogado, ou sendo representado pela Defensoria Pública da União.

Antes, porém, é preciso entender claramente os motivos do indeferimento pelo **INSS**.

Às vezes, falta um documento ou o direito realmente não existe. Cada caso é um caso e tudo precisa ser avaliado.

O QUE DIZEM OS OUTROS NOVE MAIS PROCESSADOS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL A Caixa afirmou, em nota, que "por ser a instituição financeira com a maior capilaridade do país e responsável pela representação judicial de diversos fundos públicos, termina por sofrer grande movimento de demandas judiciais". O banco também defendeu que, dos dados do CNJ, mais de

1,8 milhão dos processos estão suspensos.

.....

BANCO DO BRASIL O BB disse que investe em diversas frentes "visando a desjudicialização das suas relações e vem obtendo excelentes resultados".

.....

GOVERNO DE SÃO PAULO O governo paulista argumentou que, por representar 21,8% da população brasileira, "é natural que tenha números expressivos de demandas judiciais". Além disso, informou que a Procuradoria-Geral do Estado e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) assinaram recentemente um Acordo de Cooperação para reduzir a judicialização, com uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) para a prevenção de litígios.

.....

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL O governo gaúcho defendeu, em nota, que o volume de ações tem reduzido gradativamente nos últimos anos com a implementação de reformas legislativas e conciliações, mas que o tempo de tramitação na Justiça contribui para que a administração estadual permaneça na relação dos maiores litigantes.

.....

MINISTÉRIO DA FAZENDA A pasta disse que, no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, há mais de 290 temas de dispensa. "Isso significa que, quanto a esses temas, os procuradores e procuradoras estão autorizados a não apresentar resistência ao pleito judicial e, inclusive, de desistir de recursos que já tenham sido apresentados. É uma estratégia voltada para garantir a proteção dos direitos dos contribuintes e a redução do quantitativo de litígios", declarou a nota.

.....

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO A AGU destacou que tem adotado um conjunto de iniciativas para reduzir a litigiosidade, como um programa que faz um diagnóstico dos processos para "identificar temas e causas em que já há jurisprudência desfavorável consolidada e é mais oportuno deixar de atuar e reconhecer o direito da parte - não só para que o cidadão tenha acesso ao direito de forma mais célere, mas também para contribuir para reduzir o número de processos sob análise do Judiciário e para que haja economia para os cofres públicos".

.....

BRADESCO, PAN E BMG Os bancos foram procurados, mas não responderam.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Lupi critica desonerações na Previdência e defende plebiscito sobre desvinculação de benefícios (inss)

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, defende a vinculação das aposentadorias e dos benefícios assistenciais ao salário mínimo e propõe aos críticos a realização de um plebiscito sobre o tema para saber a avaliação da população, boa parte dela beneficiária do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

"Se algum cidadão do planeta chamado Brasil achar que não deve pagar mais do que o aumento real mais a **inflação** ao aposentado, ao pensionista, faz um plebiscito. Vamos ouvir a população. Acha justo pagar o BPC [Benefício de Prestação Continuada, também vinculado ao mínimo]? Se não achar, eu recuo", afirma em entrevista à Folha .

O ministro alerta para a necessidade de cautela nas discussões envolvendo a Previdência, tanto em relação às vinculações quanto na aprovação de novos direitos ou desonerações. Ele critica o Congresso Nacional pelo corte na alíquota de contribuição dos municípios ao **INSS** .

"Todo mundo quer ter mais direito da Previdência e melhorar salário, mas quer ao mesmo tempo dar isenção. Que mágica é essa? Precisamos ter mecanismos para não ter o Estado como algoz, mas que ele também não seja a vítima, a viúva eterna", diz.

Segundo Lupi, o esforço de redução das filas de espera deve levar o **INSS** à marca de 40 milhões de beneficiários nos próximos meses, quase 20% da população brasileira. Ele reconhece que o resultado é uma despesa maior para o governo, mas afirma que o tema não se resume a grandes números.

"Hoje, 65% dos municípios só sobrevivem por causa do dinheiro da Previdência. Imaginar que isso é despesa é considerar o ser humano uma cadeira, uma mesa, e não é. Segundo, é o dinheiro que volta para o governo. Se o cara compra um cafezinho, tem imposto embutido, volta para o próprio governo", afirma.

A desvinculação das aposentadorias foi defendida em maio pela ministra Simone Tebet (Planejamento) em entrevista ao jornal Valor Econômico , mas a ideia foi rejeitada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda),

dada a sensibilidade política do tema.

Desde então, Tebet centrou a defesa da desvinculação em outros benefícios , como BPC, abono salarial e seguro-desemprego.

Mas os gastos com a Previdência continuam no foco da equipe econômica, que almeja implementar uma agenda de revisão de gastos para conter a trajetória de crescimento desta que é a maior despesa primária do Orçamento.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê gastar R\$ 917,8 bilhões com benefícios previdenciários neste ano, R\$ 9,1 bilhões a mais do que o aprovado inicialmente no Orçamento. Cálculos mais conservadores da área técnica indicaram o risco de pressão adicional de mais R\$ 12 bilhões, até agora não incluídos nas estimativas oficiais .

No BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda , a previsão atual de gasto soma R\$ 105,1 bilhões.

Dois fatores principais impulsionam essas despesas: a retomada da política de valorização do salário mínimo, com reajustes acima da **inflação**, e o programa de enfrentamento às filas do **INSS**, que amplia as concessões.

Dois terços dos benefícios da Previdência e 100% do BPC pagam o equivalente a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412 . Neste ano, o ganho foi de 3% acima da **inflação** -mais do que a alta real de 2,5% do limite total de gastos previsto no arcabouço fiscal .

Lupi rejeita o argumento de que o descompasso entre as duas normas pode inviabilizar a sustentabilidade do arcabouço. "A própria Fazenda [diz] 'minha esperança é a Previdência'. E eles vão se surpreender, porque a nossa esperança está se tornando realidade antes do tempo", afirma.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Segundo ele, há duas razões para ser otimista e esperar uma economia até maior que os R\$ 9,05 bilhões incorporados até agora às projeções do Orçamento.

Em primeiro lugar, o Atestmed, plataforma digital que admite o atestado médico na concessão de auxílio-doença sem perícia presencial, reduziu a espera dos beneficiários e a duração do pagamento.

"Em vez de pagar 12 meses de benefício [incluindo o tempo da espera], estou pagando em média 90 dias. Estou economizando", afirma Lupi.

O segundo fator é a redução da fila. Em abril, o estoque de pedidos estava em cerca de 1,4 milhão, já próximo do fluxo mensal de 1 milhão de novos pedidos. "A partir de setembro, para ser mais exato, eu zero [os atrasados]. Vou pagar o do mês. Não tendo mais atrasado, minha conta passa a ser mais econômica", diz.

Sem tantos peritos dedicados ao auxílio-doença, o governo poderá redirecionar mão de obra para fazer a revisão de benefícios como o BPC.

Há ainda indícios de que a redução das filas gerou outros efeitos benéficos para o governo. "A judicialização está caindo", afirma o ministro, sem ter, no entanto, os dados que comprovem essa tendência. Segundo ele, o governo ainda fará um levantamento dos números.

Apesar do otimismo nessas frentes, a Previdência também monitora com atenção o andamento de propostas no Congresso que podem conceder vantagens e privilégios a determinados grupos, com impacto nas contas do **INSS**.

O Legislativo aprovou no ano passado o corte na alíquota paga por municípios de até 156,2 mil habitantes. A cobrança caiu de 20% para 8%, causando uma renúncia de R\$ 10,5 bilhões neste ano.

"Não é a melhor forma", critica Lupi, para quem a melhor saída era a renegociação de débitos das prefeituras com a Previdência.

O Congresso também tem projetos que ampliam direitos de categorias. Um deles, aprovado em maio de 2023 no Senado, pretende estender a guardas municipais e outras carreiras o direito à aposentadoria especial.

Há ainda uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que cria a aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde, categoria já

beneficiada por um piso salarial a cargo da União.

No sistema previdenciário, se um grupo pode pagar menos ou se aposentar mais cedo, isso significa maior custo e menor arrecadação no futuro, acentuando o déficit atuarial e gerando pressão por novas reformas.

"A gente tem que tomar um cuidado danado com a demagogia eleitoral. Dar direito sem olhar de onde vem a fonte da receita. A **Previdência Social** já tem um volume grandioso, chegando a 40 milhões de brasileiros que sobrevivem graças a ela. Temos que ter aquele crescimento vegetativo que todo ano acontece, mas não podemos exagerar nisso. Porque quando exagera aí fica desequilíbrio total. Tem que ter um limite", afirma Lupi, sem citar propostas específicas.

"Não podemos exagerar em achar que o Estado tem que ser a viúva rica que banca tudo o tempo todo. Não pode. Temos que separar o que são os privilégios daquelas que são as necessidades."

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/lupi-critica-desoneracoes-na-previdencia-e-defende-plebiscito-sobre-desvinculacao-de-beneficios.shtml>

Comissão da Câmara aprova projeto de motoristas de app com INSS de 5% e fim do pagamento mínimo (inss)

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (11), um substitutivo ao projeto de lei de regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativo .

A proposta, enviada em março pelo governo federal, foi alterada pelo deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), relator da medida na Câmara. Na comissão, passou por novas mudanças.

Dentre as principais alterações estão a diminuição do percentual de contribuição previdenciária ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), de 7,5% para 5%, além do fim do valor da hora mínima, de R\$ 32,10, que tem como base o salário mínimo nacional, hoje em R\$ 1.412.

Desse total, R\$ 8,03 são referentes aos serviços prestados. Os outros R\$ 24,07 serão para cobrir custos (celular, combustível, manutenção do veículo, seguro, etc).

Na análise da última terça, a principal mudança em relação à proposta inicial está na criação do limite de 30% na taxa de intermediação das plataformas sobre o valor arrecadado nas corridas. Pela proposta, 30% ficam com a empresa e 70%, com o motorista.

A Amasp (Associação de Motoristas de Aplicativo de São Paulo) possui ressalvas em relação à taxa de intermediação das plataformas: "Várias empresas como a Indrive, por exemplo, cobram 10% de taxa do motorista e, mesmo assim, sobrevivem no mercado, acreditamos fielmente que 30% ainda é muito a ser cobrado", disse a associação em nota.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O objetivo da alteração é garantir mais transparência na relação com as empresas, além de aumentar a renda dos trabalhadores. A atual falta de parâmetros na taxa de intermediação é objeto de queixas dos profissionais, que reclamam da cobrança de taxas

superiores a 40%.

"Construímos um parecer voltado a garantir mais transparência e segurança à atividade, mantendo sua viabilidade econômica. Os aplicativos são uma realidade do dia a dia da população e é função do Congresso Nacional fazer a regulamentação", disse o relator.

No entanto, a Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia), que representa os principais aplicativos de transporte, como Uber e 99, afirmam haver preocupação em relação às novas propostas feitas na Câmara.

A entidade diz que a comissão está debatendo temas que não foram discutidos no grupo de trabalho integrado por representantes dos trabalhadores, das empresas e do governo. O grupo teve encontros periódicos por nove meses em 2023.

"O controle de preços dos serviços prestados pelas plataformas é inconstitucional e vai aumentar os custos para o consumidor", diz Amobitec. A associação afirma ainda que o projeto de regulamentação, da forma como está sendo modificado, cria um precedente negativo também para outras atividades econômicas.

Outra mudança feita pelo relator foi a alteração da alíquota de contribuição ao **INSS**. A proposta inicial era de recolhimento de 27,5% do valor das corridas como pagamento previdenciário, sendo 20% das empresas e 7,5% dos trabalhadores. Agora, a proposta é de arrecadar mais das empresas. Os percentuais seriam de 5% para os trabalhadores e 22,5% para as corporações.

Apesar da alteração favorável aos motoristas, a entidade que os representa os trabalhadores no estado de São Paulo se posicionou contra a proposta. A associação defende que o melhor formato para a classe é a contribuição como MEI (Microempreendedor Individual).

"O trabalhador deve ter o direito de escolher qual o modelo de contribuição que melhor lhe cabe, não o

governo entregar apenas o que ele acha que é viável", afirma.

O problema de ser MEI, segundo especialistas, é que a contribuição dos microempreendedores é custeada de alguma forma pela sociedade, já que pagam percentual abaixo dos demais trabalhadores, mas conseguem se aposentar recebendo um salário mínimo

Quanto à segurança, outro ponto discutido na comissão é que haverá mais rigor no cadastro de usuários. Será obrigatório o envio de documento oficial com fotografia. Outra medida é que motoristas e passageiras do gênero feminino terão a opção de transportar ou serem transportadas apenas por outras mulheres.

O projeto foi encaminhado ainda ara a Comissão de Trabalho, com relatoria do deputado Luiz Gastão (PSD), onde foi aprovada a convocação de seminário para debater a medida. Em seguida, será analisado pela Comissão de Justiça e Cidadania, com o relator ainda a ser definido.

Por fim, deve ir para análise do plenário da Câmara. Não há data prevista para votação.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/comissao-da-camara-aprova-projeto-de-motoristas-de-app-com-inss-de-5-e-fim-do-pagamento-minimo.shtml>

Lupi critica desonerações na Previdência e defende plebiscito sobre desvinculação de benefícios (inss)

Idiana Tomazelli

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, defende a vinculação das aposentadorias e dos benefícios assistenciais ao salário mínimo e propõe aos críticos a realização de um plebiscito sobre o tema para saber a avaliação da população, boa parte dela beneficiária do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

"Se algum cidadão do planeta chamado Brasil achar que não deve pagar mais do que o aumento real mais a **inflação** ao aposentado, ao pensionista, faz um plebiscito. Vamos ouvir a população. Acha justo pagar o BPC [Benefício de Prestação Continuada, também vinculado ao mínimo]? Se não achar, eu recuo", afirma em entrevista à Folha .

O ministro alerta para a necessidade de cautela nas discussões envolvendo a Previdência, tanto em relação às vinculações quanto na aprovação de novos direitos ou desonerações. Ele critica o Congresso Nacional pelo corte na alíquota de contribuição dos municípios ao **INSS** .

"Todo mundo quer ter mais direito da Previdência e melhorar salário, mas quer ao mesmo tempo dar isenção. Que mágica é essa? Precisamos ter mecanismos para não ter o Estado como algoz, mas que ele também não seja a vítima, a viúva eterna", diz.

Segundo Lupi, o esforço de redução das filas de espera deve levar o **INSS** à marca de 40 milhões de beneficiários nos próximos meses, quase 20% da população brasileira. Ele reconhece que o resultado é uma despesa maior para o governo, mas afirma que o tema não se resume a grandes números.

"Hoje, 65% dos municípios só sobrevivem por causa do dinheiro da Previdência. Imaginar que isso é despesa é considerar o ser humano uma cadeira, uma mesa, e não é. Segundo, é o dinheiro que volta para o governo. Se o cara compra um cafezinho, tem imposto embutido, volta para o próprio governo", afirma.

A desvinculação das aposentadorias foi defendida em maio pela ministra Simone Tebet (Planejamento) em

entrevista ao jornal Valor Econômico , mas a ideia foi rejeitada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), dada a sensibilidade política do tema.

Desde então, Tebet centrou a defesa da desvinculação em outros benefícios , como BPC, abono salarial e seguro-desemprego.

Mas os gastos com a Previdência continuam no foco da equipe econômica, que almeja implementar uma agenda de revisão de gastos para conter a trajetória de crescimento desta que é a maior despesa primária do Orçamento.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê gastar R\$ 917,8 bilhões com benefícios previdenciários neste ano, R\$ 9,1 bilhões a mais do que o aprovado inicialmente no Orçamento. Cálculos mais conservadores da área técnica indicaram o risco de pressão adicional de mais R\$ 12 bilhões, até agora não incluídos nas estimativas oficiais .

No BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda , a previsão atual de gasto soma R\$ 105,1 bilhões.

Dois fatores principais impulsionam essas despesas: a retomada da política de valorização do salário mínimo, com reajustes acima da **inflação**, e o programa de enfrentamento às filas do **INSS**, que amplia as concessões.

Dois terços dos benefícios da Previdência e 100% do BPC pagam o equivalente a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412 . Neste ano, o ganho foi de 3% acima da **inflação** -mais do que a alta real de 2,5% do limite total de gastos previsto no arcabouço fiscal .

Lupi rejeita o argumento de que o descompasso entre as duas normas pode inviabilizar a sustentabilidade do arcabouço. "A própria Fazenda [diz] 'minha esperança é a Previdência'. E eles vão se surpreender, porque a nossa esperança está se tornando realidade antes do tempo", afirma.

Segundo ele, há duas razões para ser otimista e esperar uma economia até maior que os R\$ 9,05

bilhões incorporados até agora às projeções do Orçamento.

Em primeiro lugar, o Atestmed , plataforma digital que admite o atestado médico na concessão de auxílio-doença sem perícia presencial, reduziu a espera dos beneficiários e a duração do pagamento.

"Em vez de pagar 12 meses de benefício [incluindo o tempo da espera], estou pagando em média 90 dias. Estou economizando", afirma Lupi.

O segundo fator é a redução da fila. Em abril, o estoque de pedidos estava em cerca de 1,4 milhão, já próximo do fluxo mensal de 1 milhão de novos pedidos. "A partir de setembro, para ser mais exato, eu zero [os atrasados]. Vou pagar o do mês. Não tendo mais atrasado, minha conta passa a ser mais econômica", diz.

Sem tantos peritos dedicados ao auxílio-doença, o governo poderá redirecionar mão de obra para fazer a revisão de benefícios como o BPC.

Há ainda indícios de que a redução das filas gerou outros efeitos benéficos para o governo. "A judicialização está caindo", afirma o ministro, sem ter, no entanto, os dados que comprovem essa tendência. Segundo ele, o governo ainda fará um levantamento dos números.

Apesar do otimismo nessas frentes, a Previdência também monitora com atenção o andamento de propostas no Congresso que podem conceder vantagens e privilégios a determinados grupos, com impacto nas contas do **INSS**.

O Legislativo aprovou no ano passado o corte na alíquota paga por municípios de até 156,2 mil habitantes. A cobrança caiu de 20% para 8%, causando uma renúncia de R\$ 10,5 bilhões neste ano.

"Não é a melhor forma", critica Lupi, para quem a melhor saída era a renegociação de débitos das prefeituras com a Previdência.

O Congresso também tem projetos que ampliam direitos de categorias. Um deles, aprovado em maio de 2023 no Senado , pretende estender a guardas municipais e outras carreiras o direito à aposentadoria especial.

Há ainda uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que cria a aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde, categoria já beneficiada por um piso salarial a cargo da União.

No sistema previdenciário, se um grupo pode pagar

menos ou se aposentar mais cedo, isso significa maior custo e menor arrecadação no futuro, acentuando o déficit atuarial e gerando pressão por novas reformas.

"A gente tem que tomar um cuidado danado com a demagogia eleitoral. Dar direito sem olhar de onde vem a fonte da receita. A **Previdência Social** já tem um volume grandioso, chegando a 40 milhões de brasileiros que sobrevivem graças a ela. Temos que ter aquele crescimento vegetativo que todo ano acontece, mas não podemos exagerar nisso. Porque quando exagera aí fica desequilíbrio total. Tem que ter um limite", afirma Lupi, sem citar propostas específicas.

"Não podemos exagerar em achar que o Estado tem que ser a viúva rica que banca tudo o tempo todo. Não pode. Temos que separar o que são os privilégios daquelas que são as necessidades."

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/lupi-critica-desoneracoes-na-previdencia-e-defende-plebiscito-sobre-desvinculacao-de-beneficios.shtml>

Setor com ativo imobilizado alto terá alíquota maior

Beatriz Olivon De Brasília

Empresas com grande ativo imobilizado que hoje não pagam ICMS, como locadoras de máquinas e veículos, transmissoras de energia e saneamento, tiveram uma surpresa com o segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 108/24). Com o aumento de alíquota com o IVA, especificamente com o IBS, em decorrência de não pagarem ICMS, esperavam conseguir créditos sobre seu ativo imobilizado, para reduzir um pouco o valor dos **tributos**, que será mais alto quando a reforma entrar em vigor. Mas o projeto não trouxe essa previsão.

Uma empresa que preste serviços ou alugue bens, e que hoje paga 5% de ISS ou não paga ISS nem ICMS (caso das locadoras) com a reforma, vai passar a pagar CBS e IBS em um total de 26,5%. Em troca, terá creditamento mais amplo.

Por isso a preocupação dos setores que já fizeram investimentos altos e ficarão sem os créditos sobre o que já foi adquirido.

O PLP determina que o saldo credor que gera créditos de ICMS é o valor do imposto apropriado como crédito e não compensado ou utilizado pelo contribuinte até 31 de dezembro de 2032, desde que esteja regularmente apurado na escrituração fiscal do estabelecimento, seja admitido pela legislação vigente em 31 de dezembro de 2032 e decorra de operações ocorridas até a data. Isso deixa de fora o ativo imobilizado de quem não era contribuinte do ICMS.

"A expectativa era que o PLP trouxesse alguma solução para esse problema", afirma Luca Salvoni, sócio do Cascione Advogados. Havia a esperança da tomada de créditos sobre os itens do ativo imobilizado, mesmo que considerado o valor depreciado e não da aquisição.

Isso evitaria que uma empresa que ainda estará pagando os investimentos no seu ativo não tenha créditos enquanto um entrante que fizer o mesmo investimento após a reforma terá.

"De início a alíquota-padrão fica muito alta até que o contribuinte compre novos ativos e tome crédito, o que não necessariamente ele vai fazer", afirma.

O secretário extraordinário da Reforma, Bernard Appy, esclareceu na apresentação do texto à imprensa que só terá crédito de ICMS quem hoje é contribuinte de ICMS (que não é o caso desses setores), mas que eles poderiam pleitear o crédito durante a tramitação do texto no Congresso.

Para o setor de saneamento, por exemplo, é muito importante o aproveitamento de créditos, considerando que a reforma instituiu a cobrança de CBS e IBS para o setor, que até então não contribuía com ISS e ICMS, segundo a diretora-executiva da Abcon Sindcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), Christianne Dias. Nesse sentido, o setor corrobora com outros da infraestrutura sobre a relevância de obter créditos sobre investimentos realizados, segundo a diretora.

Segundo Murillo Barbosa, diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), com a nova legislação, o aumento na alíquota não é acompanhado, de imediato, pela possibilidade de utilização de créditos sobre os ativos imobilizados já adquiridos, o que representa um aumento efetivo da alíquota. "O PLP que regulamenta esses créditos trouxe, de fato, uma surpresa para o setor, uma vez que a expectativa era que, com a **reforma tributária**, houvesse algum mecanismo que permitisse o aproveitamento de créditos retroativos, mitigando o impacto financeiro dessa transição tributária", afirmou.

O aumento nos custos com **impostos** afeta a rentabilidade e a competitividade das empresas, segundo o diretor. Além disso, Barbosa destaca o impacto logístico, porque as empresas precisarão adquirir novos ativos para gerar créditos de IVA, o que representa um investimento adicional e pode não ser viável no curto prazo. "Essa necessidade de renovar ativos para aproveitar créditos fiscais poderá levar a um planejamento estratégico e financeiro mais complexo, influenciando decisões de investimento e expansão", afirmou.

A ATP pretende buscar alternativas durante a tramitação na Câmara, como pleitear a criação de um mecanismo específico para o setor portuário que permita o creditamento retroativo de ICMS sobre os ativos imobilizados adquiridos antes da reforma.

A Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla) vai no mesmo sentido. Em conjunto com a Associação Nacional de Aluguel de Veículos e Gestão de Frotas (Anav), já se posicionou sobre o assunto.

Segundo nota enviada ao Valor pela Abla, a mudança repentina para um novo regime implicará distorções de mercado, por isso também pleiteam um regime diferenciado.

De acordo com o tributarista João Paulo Cavinatto, sócio do escritório Lefosse, alguns clientes já haviam levantado essa questão dos créditos antes da publicação do PLP, especialmente dos setores de saneamento básico e saúde. Trata-se, segundo o advogado, de um "resíduo tributário", que fica embutido e acaba não atendendo a não cumulatividade.

"É um tema caro especialmente a quem tem custo de investimento em capital e ativo imobilizado muito grande." O advogado destaca que sem o crédito do ativo imobilizado há um tratamento anti-isonômico seja na comparação com outros setores que detêm créditos, seja com novos entrantes no mesmo setor, que poderão se creditar do ativo que for adquirido depois que a reforma entrar em vigor.

"Não é um favor que os setores estão pedindo, é uma possibilidade de neutralização em relação a esse resíduo tributário." Na área de infraestrutura os projetos normalmente são vinculados a financiamentos de longo prazo, às vezes até pelo prazo da concessão, segundo o advogado.

"Difícilmente o pagamento é feito à vista, então sai mais caro em relação a quem entrar depois [da reforma]", afirma.

"Para o setor de saneamento é muito importante o aproveitamento de créditos; a reforma instituiu cobrança de CBS e IBS e setor paga ISS ou ICMS
Christianne Dias

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187904?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187904?page=1§ion=1)**

Mudança da meta de 2025 afeta dívida e deixa ajuste mais lento

Marta Watanabe De São Paulo

A mudança de meta de resultado primário da União para 2025 tornou o processo de ajuste fiscal mais lento que o proposto inicialmente e a trajetória da dívida ficou mais comprometida. O aumento das despesas obrigatórias e o espaço cada vez menor para gastos discricionários, que caíram o equivalente a 0,5 ponto percentual do **PIB** de 2011 ao acumulado em 12 meses até abril, acendem um sinal amarelo. O governo precisa não só elevar receitas para cumprir meta, mas também viabilizar o arcabouço dentro das despesas e evitar risco de shutdown nos próximos anos, situação em que a máquina pública entra em colapso porque as despesas não são suficientes para sustentar seu funcionamento. O cenário demanda mudança de estratégia fiscal, ainda que o governo enfrente dificuldade no Legislativo, com sucessivas derrotas no Congresso, e lhe seja caro alterar gastos considerados prioridades para o governo Lula.

Um dos pontos mais delicados do debate, destaca Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), é o avanço da despesa obrigatória proporcionalmente ao gasto total. Isso tirou espaço das despesas discricionárias.

Os dados, aponta, mostram que em 2011 a despesa total equivalia a 16,8% do **PIB**, e as obrigatórias, a 14,6% do **PIB**. A diferença, de 2,2 pontos percentuais (p.p.), era de discricionárias. Hoje a diferença é de 1,7 p.p. nos 12 meses até abril. A despesa total soma 20,1% do **PIB** e as obrigatórias estão em 18,4%.

Com base em dados e análise de Pires, o tema é abordado no artigo "É hora de rebalancear a estratégia de ajuste fiscal", de Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, na Carta do Ibre de junho.

Pires lembra que o governo federal alterou a meta de resultado primário de 2025 e a melhora programada nos próximos anos tornou-se mais gradual que o prometido, com avanço de 0,25 p.p. ao ano em vez de 0,5 p.p. anual até 2027. As metas atuais são de primário zero em 2025 e superávit de 0,25% do **PIB** em 2026, último ano do atual mandato. O superávit de 1% do **PIB** seria alcançado somente em 2028 após primário positivo de 0,5% do **PIB** em 2027. Foi mantida a banda de flexibilidade de 0,25 p.p. para

cima ou para baixo.

A mudança da meta, diz, se justificou por fatores que incluem efeito das eleições municipais na agenda legislativa do segundo semestre e o desgaste na relação entre governo e Congresso. Além disso, o grande volume de receitas não recorrentes deve ajudar o resultado fiscal em 2024. A diferença, mais o ajuste adicional da meta anterior, estima Pires, exigiria esforço superior a R\$ 100 bilhões.

Nesse contexto, diz o economista, é natural a decisão do governo de mudar a meta, mas há impactos.

"O arcabouço fiscal vai impor desafio diferente para o governo e a estratégia de redução de déficit deve mudar. O governo terá que discutir despesa também, algo que já está acontecendo um pouco." Um dos impactos negativos da mudança de meta é que a ideia de melhora incremental a cada ano foi prejudicada, diz Pires. A meta zero para 2025 ficou igual à de 2024 e quando a mudança foi divulgada - antes de se ter ideia da tragédia no Rio Grande do Sul - abriu-se a possibilidade de resultado primário em 2025 pior que o de 2024. Ainda sem incluir o efeito das enchentes, Pires calcula que o déficit em 2024 chegue a 0,57% do **PIB** (R\$ 65,7 bilhões). Para ele, nas condições atuais, será "muito difícil" cumprir a meta. Considerando a banda de flexibilidade, o déficit em 2024 pode chegar a 0,25% do **PIB**. Ele lembra que o descumprimento da meta em 2024 acionaria gatilhos para 2025, o que pode levar a contingenciamento ou revisão da meta deste ano.

Pelo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2025, diz Pires, é possível que o resultado fiscal no ano que vem chegue a R\$ 75 bilhões, incluindo os precatórios.

A PLDO, afirma, prevê déficit primário de R\$ 29,1 bilhões, mais precatórios de R\$ 39,9 bilhões. Com as recentes notícias de que os precatórios podem superar o esperado, o déficit pode ficar perto de R\$ 75 bilhões em 2025, explica.

Pela PLDO, a despesa primária em 2025 totalizará 18,96% do **PIB**, um pouco acima dos 18,93% do **PIB** em 2024, na avaliação feita no primeiro bimestre. A composição piora, observa Pires. As despesas obrigatórias, ressalta o economista, saem de 16,87%

do **PIB** neste ano para 17,24% do **PIB** em 2025. A despesa discricionária sai de 2,06% para 1,72% do **PIB**, dos quais 0,32 p.p. é de emendas impositivas. "O que é despesa discricionária mesmo equivale a 1,4% do **PIB**. E aí surge um problema. É difícil dizer de forma binária qual o mínimo de gastos discricionários para evitar "shutdown". Historicamente o menor nível é de 1,5% do **PIB**, do período da pandemia, em que muitos órgãos estavam fechados, o que viabilizou despesa discricionária mais baixa." A projeção da PLDO não é tão precisa quanto a da PLOA, diz Pires.

"Mas acende sinal amarelo sobre a capacidade do arcabouço de viabilizar o Orçamento. Por isso o governo começou a falar de despesas.

Porque agora, além de viabilizar a meta, com aumento de receitas, é preciso criar alguma condição de viabilidade do arcabouço por dentro das despesas." Independentemente do nível que levaria a shutdown, diz, é fácil perceber que o mínimo possível em um governo do PT, que propõe mais políticas públicas, é diferente do que foi no governo Bolsonaro.

A projeção da PLDO para 2026 - quando a despesa discricionária, descontando as emendas impositivas, deve ficar em 1,27% do **PIB** - é muito ruim, destaca, e é difícil imaginar que será viável em ano eleitoral. "Isso antecipa o debate para tentar viabilizar o arcabouço em 2025", afirma o economista.

O problema, aponta, é que a rigidez orçamentária está aumentando.

Houve, diz, crescimento das despesas obrigatórias com a política permanente de valorização do salário mínimo - que tem impactos no gasto com Previdência, seguro-desemprego e abono salarial, entre outros -, aumento na quantidade de concessão de benefícios previdenciários, ampliação do Bolsa Família e elevação de gastos vinculados à receita, como emendas parlamentares e mínimo constitucional da saúde. O mínimo da educação também foi restabelecido, mas não traz hoje efeito prático no aumento de gastos.

Além disso, diz, o novo arcabouço estabeleceu piso de investimentos.

"Há mérito individual em todos esses itens, mas o conjunto não cabe dentro de uma regra fiscal. A despesa total está em 20,1% do **PIB**, considerando os 12 meses até abril, incluindo precatórios. Na época que se elaborou o arcabouço, o argumento do governo era manter nível de despesas e o que se tinha em mente era 19% do **PIB**. O dado é influenciado pelo efeito temporário da antecipação de precatórios, mas o fato é que politicamente parece ser difícil ao governo

manter a despesa em 19% do **PIB**.

Há sempre uma razão para antecipar um gasto e rodar a despesa um pouco acima do que o arcabouço está determinando", diz Pires.

Para analisar a despesa de forma estrutural, Pires compara o gasto do primeiro quadrimestre de 2024 com o de igual período de 2023, sem precatórios e com números atualizados pela **inflação**. A despesa total cresceu 7,6% reais, o equivalente a três vezes a taxa de crescimento de despesas permitida pelo arcabouço, de 2,5% reais. A despesa de pessoal aumentou 3,1%, a de Previdência, 7,9%, e despesas discricionárias, 21,2%. "A pressão de gastos que o governo tem para administrar é muito grande." Pires chama a atenção para o crescimento de 4,1% na quantidade de benefícios previdenciários e acidentários emitidos em março contra igual mês de 2023. Pires lembra que o ritmo se mantém nessa tendência desde meados do segundo semestre do ano passado.

Para Pires, o momento atual mostra que a estrutura fiscal impõe ajuste lento no Brasil. "Temos carga tributária elevada para o nível de desenvolvimento do país", ressalta. A carga tributária média da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) aumentou de 31,5% para 34% do **PIB** de 2010 a 2022, com alta de 2,5 p.p., observa Pires. "Boa parte desses países, principalmente os europeus, fez ajuste com aumento de carga tributária nos anos 2010." No Brasil, compara, a carga aumentou de 32,2% para 33,1% em igual período, com alta de 0,8 p.p. "[o ministro da Fazenda, Fernando] Haddad tem um ponto em que o ajuste pelas receitas faz sentido. O que não dá é fazer tudo pelo lado da receita." Por outro lado, diz, a despesa no Brasil é muito rígida, porque os gastos envolvem muita matéria constitucional, o que dificulta mudanças, e há também direitos adquiridos.

"O conjunto conduz a uma ambiguidade muito grande, algo que estamos vivendo hoje", diz Pires.

Em períodos de baixo crescimento, ainda que a situação atual seja melhor que a anterior à pandemia, a política é "esquizofrênica". Há, explica, sinais para controlar a dívida, mas ao mesmo tempo há preocupação excessiva com o impacto cíclico desse controle. "É preciso melhorar resultado fiscal, mas ao mesmo tempo se quer aumentar gasto público para estimular a economia." E o item que está virando instrumento de política fiscal anticíclica é o precatório, observa.

"É algo superestranho. É onde o governo arrumou válvula de escape para criar narrativa para elevar

gasto para tentar estimular a economia." Em geral, diz, isso se faz via investimento ou com desoneração a famílias de baixa renda. A dificuldade de ajustar receitas e despesas, avalia, resulta em melhora fiscal muito gradual e sujeita a reversão.

Porque quando o prazo fica longo, o ajuste fica sujeito a choques, o que aconteceu na pandemia e agora com o Rio Grande do Sul.

"O ajuste não pode ser nem tão rápido que seja impossível nem tão lento que ninguém acredite", diz Pires, adaptando frase de Pinheiro Machado, senador da Velha República. Além de não poder prescindir de credibilidade, aponta, o programa de ajustes precisa ser mais equilibrado entre receitas e despesas, tentando preservar investimentos públicos. Além disso, diz, é preciso "vender um pouco de futuro com uma agenda de reformas estruturantes", nas quais as expectativas de crescimento econômico possam aliviar o fardo sobre as finanças públicas, como foi feito no passado com a reforma previdenciária e está se tentando fazer com a **reforma tributária**, que tem efeito mais no longo prazo.

Schymura, diretor do Ibre, lembra que um desafio adicional é o momento político atual, no qual o governo passa por "massacre", com derrotas em muitas batalhas no Congresso. Já há, observa, uma crítica de que o governo Lula está apenas restabelecendo programas antigos e agora vem a notícias de que ele precisa fazer ajuste do lado da despesa. "O que seria dado em troca de uma desvinculação do salário mínimo da Previdência? Teria que ser uma notícia positiva e inesperada.

Vejo dificuldade de encadear uma narrativa para embalar um ajuste fiscal desses." O que preocupa neste momento, diz Pires, é a ideia de que nada parecer ser possível de ser discutido em termos de cortes de gastos.

Para ele, embora o plano de "spending review" seja importante, a aposta nisso, como se fosse solução suficiente para o que está posto no arcabouço fiscal neste momento, foi um "erro estratégico".

No curto prazo, diz Pires, medidas administrativas precisam ser feitas e gastos podem voltar a ser contidos. "O salário mínimo traz pressão grande, mas é difícil de ser revertido. Do ponto de vista estratégico o governo pode escolher um item para buscar vitória no lado dos gastos." O mínimo de saúde, se houver espaço, exemplifica.

"Se eles conseguirem fazer isso, o cenário para 2025 melhora e é possível viabilizar 2026." O gasto na saúde, diz Pires, poderia ser alinhado com a regra de

despesa do arcabouço. "Outra discussão interessante é mudar o conceito de receita corrente líquida ao qual o gasto com saúde está vinculado." Atualmente essa receita está sujeita a muitas flutuações, como o recente choque de commodities, exemplifica.

Entre as medidas de curto prazo possíveis, Bráulio Borges, consultor da LCA Consultores e pesquisador do Ibre, cita a Desvinculação de Receita da União (DRU), que foi prorrogada até o fim deste ano.

"Existe uma oportunidade para se aprovar uma nova PEC [Proposta de Emenda à Constituição] ainda neste ano, eventualmente com ampliação de escopo e até mesmo com aumento de seu percentual.

Uma DRU prorrogada e turbinada pode criar flexibilidade no curto prazo, para poder mitigar um pouco o problema dessas vinculações, como a da saúde, e melhorar a rigidez orçamentária." Ele também cita o abono salarial, que representa 0,2% do **PIB** ao ano, programa que não precisaria ser extinto, mas melhor focalizado, defende.

"O que seria dado em troca de desvincular a Previdência do salário mínimo?" Luiz Schymura

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187904?page=1§ion=1>

Termos - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Bora Estudar, Bora Cidade e Tamo Junto são termos usados pelos governos do Estado e do município de Belém em suas propagandas. Não concordamos por entender que ferem as regras de correção da Língua Portuguesa. Se estiver errado, corrijam-me os profissionais da área educacional e professores de Português. Aprendi nos bancos escolares, desde a infância, que deveríamos zelar pela fala e escrita correta da Língua Portuguesa e isto aconteceu quando estávamos estudando o Curso Primário no interior do Estado do Pará. Eis o motivo para fazer a observação dos termos usados pelos mandatários do Estado e da Capital.

REVISÃO

A revisão "ampla, geral e irrestrita" para reduzir gastos, como anunciou o ministro da Fazenda Fernando Haddad, preocupa aposentados e pensionistas, principalmente os que estão vinculados ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O motivo da preocupação é que sempre que o governo promove ou propaga redução de gastos, a **Previdência Social** é atingida, afetando os proventos das aposentadorias e pensões, não bastasse o que ocorreu no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello em 1991, quando, de forma inexplicável e imprópria, houve a desvinculação do reajuste com o mesmo índice aplicado ao salário mínimo, prejudicando injustamente quem contribuiu financeiramente para ter proventos dignos.

DEFESA

Completamos no dia 8 de junho 20 anos escrevendo a Coluna do Aposentado. Durante essas duas décadas, a defesa dos direitos dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas esteve presente, destacando-se sempre o superávit de recursos financeiros apresentados na conta **Seguridade Social**, destinados a assegurar em plenitude as despesas decorrentes com saúde, assistência social e **previdência social**, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como o retorno da vinculação dos reajustes das aposentadorias e pensões com o mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo e aprovação do Projeto de Lei 4434 de 2008.

ELIMINAÇÃO

Outra questão que defendemos, sem hesitar, está ligada ao procedimento dos Poderes Executivo e Legislativo na emissão do instrumento Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social**, aplicando-os no pagamento de outras despesas, repetimos, não identificadas como **Seguridade Social**, ou seja, não pertencente à saúde, à assistência social e à **previdência social**. A expectativa dos aposentados e pensionistas é pela sua eliminação definitiva, respeitando-se os dispositivos constitucionais, muito bem definidos no Título VIII - Da Ordem Social, Capítulo II - Da **Seguridade Social**, artigos 194 a 204.

PENALIZAÇÃO

A penalização aplicada aos aposentados e pensionistas, reduzindo os proventos das suas aposentadorias e pensões, ultrapassa três décadas, completará 33 anos em setembro próximo. As autoridades responsáveis pela **Previdência Social** têm que observar e agir, com firmeza de ações, para corrigir um malfeito que vem prejudicando a qualidade de vida de milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros. Seres humanos que trabalharam e produziram com denodo e perseverança no desenvolvimento do País. A correção desse procedimento é imperativa e, com absoluta certeza, irá não só satisfazer, mas alegrar pessoas desiludidas que contribuíram para na saída do mercado de trabalho e merecem receber proventos valorizados.

PROVENTOS

É premente, urgente e de direito a atualização e regularização dos proventos nas aposentadorias e pensões, conforme dispõe o Projeto de Lei número 4434 de 2008, iniciado em 2003 com o número 58/2003. Este aprovado - convém ressaltar - mais uma vez, por unanimidade, no Senado Federal. Os deputados federais há 16 anos postergam a sua apreciação, votação e aprovação, prejudicando milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que ficam impossibilitados de manter a qualidade de vida que possuíam quando estavam no mercado de trabalho. É uma situação que não pode nem deve continuar como está, sacrificando, principalmente, pessoas idosas, muitas com mais de 60 anos de idade.

FRATERNIDADE

"A fraternidade é o maior bem que a humanidade possui: até os humildes eleva às alturas" (Esopo).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-3ff99280cfef45b9c28b522b108a422c.pdf

Economistas esperam Selic em 10,50%

Os economistas do mercado financeiro esperam uma decisão unânime do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na próxima quarta-feira (19) pela manutenção da taxa básica de juros - a Selic - no atual patamar de 10,50% ao ano.

Pesa nessa projeção o cenário de deterioração das expectativas de **inflação**, depreciação do real frente ao dólar, percepção de maior risco fiscal e incerteza externa, além da atividade econômica resiliente.

Na visão dos analistas ouvidos pela Folha de S.Paulo, um novo racha entre os membros do colegiado provocaria mais ruído no mercado e colocaria a credibilidade do BC na mira.

Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, diz ver poucos elementos para uma nova divisão de votos, uma vez que o Copom não antecipou seu próximo movimento.

Ela observa que, em maio, a justificativa usada pelos membros dissidentes - os quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva - foi o custo reputacional da quebra do "forward guidance" (sinalização futura).

Mas considera que, apesar do placar dividido (5 a 4) que sacramentou a desaceleração do ritmo de corte de juros, os membros do comitê fizeram uma leitura homogênea da conjuntura econômica.

"Se a divergência era por conta de uma sinalização passada-não por conta da leitura da economia e de qual deve ser a característica da posição da política monetária-, uma vez que você tira esse elemento da conta, sobra simplesmente a conjuntura, que hoje gera uma leitura homogênea dos membros em torno de um ponto comum", diz.

A economista destaca a preocupação do Copom com a deterioração das expectativas de **inflação** e o papel da comunicação na reversão desse quadro. Para Argenta, uma mensagem coesa ajudaria a colocar as projeções novamente no trilho em direção à meta.

"Se querem buscar ancoragem das expectativas, e se um dos fatores cruciais de desancoragem foi o questionamento sobre a independência e a responsabilidade do Banco Central com a busca da meta inflacionária, é necessário que os membros entreguem um **comunicado** coeso", afirma.

A meta de **inflação** perseguida pelo BC é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Fábio Romão, economista da LCA Consultores, projeta que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2025 fique em 4%, expectativa acima da mediana coletada pelo boletim Focus (3,78%) (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17765>

Com fuga de capital, B3 fica na lanterna entre as principais Bolsas no mundo

LUÍZA LANZA E-INVESTIDOR

As Bolsas de Valores globais estão vivendo um rali em 2024.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o boom da inteligência artificial e os fortes resultados corporativos - mesmo em meio ao aperto monetário - levaram o S P 500 e a Nasdaq a recordes históricos. Mas se engana quem pensa que o bom momento está restrito aos mercados desenvolvidos: os três índices de Bolsa com maior rentabilidade nos cinco primeiros meses do ano pertencem à América do Sul. Apenas o Brasil ficou fora da festa e crava o pior desempenho entre os grandes mercados do mundo.

Os dados foram levantados por Einar Rivero, da Elos Ayta Consultoria, e mostram a rentabilidade em dólares dos principais índices de Bolsas globais no acumulado de 2024 até 31 de maio. Quem lidera o ranking é o S P Merval, da Argentina, com um salto de 61,55% no período - praticamente, seis vezes o desempenho já expressivo do S P 500 (10,64%). O Msci Colcap, da Colômbia (com valorização de 16,46%), e o Bvl Peru General, do Peru (15,32%), também são destaque, superando as Bolsas americanas, europeias (o Ibex espanhol, por exemplo, registra 10,86%) e asiáticas (ganho de 7,7% para a FTSE China).

Muito atrás, e em meio a uma maré de pessimismo dos investidores, o brasileiro Ibovespa, da B3, acumula desvalorização em dólares de 15,96% no período.

A alta do Merval, na Argentina, não é uma novidade. Apesar da crise econômica e da hiperinflação que assola o país há anos, a Bolsa local foi a que mais subiu no mundo no ano passado. Antes das eleições presidenciais argentinas de 2023, o índice acionário do país já acumulava uma valorização de três dígitos.

A explicação de especialistas à época foi de que as ações por lá ficaram muito "descontadas" - ou seja, com preços baixos para seu potencial - nos últimos anos; de outro lado, graças a uma série de estímulos concedidos pelo governo argentino, algumas empresas estavam registrando recuperação. Isso também explica parte da valorização de 2024, diz Thiago de Aragão, diretor de estratégia da Arko

Advice. "Quando você tem zero e passa a ter um, você cresceu 100%", ilustra.

O mesmo vale para a Colômbia.

A leitura inicial do mercado em relação ao atual presidente Gustavo Petro, ainda em 2022, era de irracionalidade. Isso ajudou a derrubar a Bolsa colombiana que agora, porém, consegue se recuperar. "Quando o Petro ganhou a eleição, dizia-se que ele transformaria a Colômbia na Venezuela. Quando isso não acontece, há uma euforia em cima da ausência daquele pior cenário possível", diz o diretor da Arko.

Há ainda outros fatores impulsionando as Bolsas da América do Sul, sobretudo as andinas. Os mercados do Chile, Peru e Colômbia estão conseguindo estender os ganhos em meio ao rali global de preços para o cobre e o ouro.

"Os três mercados andinos apresentaram retornos positivos em maio, com mais sinais de recuperação da economia no Chile e no Peru em meio a taxas de juros e **inflação** mais baixas, juntamente com ventos favoráveis dos preços das commodities", avaliou o BTG, em relatório publicado na primeira semana de junho.

ESTRANGEIROS. A alta das Bolsas andinas também reflete a entrada de capital estrangeiro. Em maio, por exemplo, os investidores foram às compras no mercado colombiano, com US\$ 13,7 milhões em compras líquidas (40% do volume mensal de negócios), ajudando a valorizar o Msci Colcap.

O movimento destoava do que vem acontecendo no Brasil. Por aqui, houve uma saída de R\$ 1,6 bilhão de capital estrangeiro só em maio. No acumulado do ano até o dia 11 de junho, já saíram R\$ 40 bilhões da B3.

"Se o Federal Reserve (Fed, o BC americano) começar a cortar os juros, o sentimento lá fora melhora, e há maior capacidade para alocações de risco. Pode ser que o cenário melhore um pouquinho para o Brasil", diz Jennie Li, estrategista de ações da XP.

"No curto prazo, o Brasil perde atratividade quando comparado a outros mercados." Isso não significa, no entanto, que são os "hermanos" os grandes

concorrentes do Brasil. Thiago de Aragão não vê esse movimento de concorrência acontecendo no momento. O dinheiro que entra nas Bolsas vizinhas não é necessariamente o que está saindo do País, explica ele. "O Brasil tem um mercado financeiro e uma Bolsa muito mais desenvolvidos do que esses outros países da região. Não se trata de tirar o dinheiro daqui para colocar na Argentina, por exemplo", afirma ele, que assessora fundos estrangeiros sobre investimentos no Brasil e Argentina. "O que eu vejo são clientes que, durante os últimos 10 anos, deixaram de fazer investimento nas fábricas deles na Argentina e, agora, estão pensando em retomar." FATORES INTERNOS. A disparidade entre o desempenho da Bolsa brasileira e a de seus pares reforça um ponto que tem aparecido em muitas análises recentes.

O problema do Ibovespa, especialmente nas últimas semanas, é doméstico.

O sentimento, que já não era dos melhores, se deteriorou de forma acentuada depois de dois eventos principais. Em meados de abril, o governo revisou a meta fiscal para 2025, que antes previa um superávit de 0,5% do **PIB**, para déficit zero. O movimento foi entendido por agentes do mercado como uma sinalização de abandono ao compromisso estabelecido pelo arcabouço fiscal em 2023 e repercutiu negativamente.

Depois, no início de maio, o racha na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) também chamou a atenção.

Membros indicados pelo governo votaram pela manutenção do ritmo de cortes na Selic em 0,5 ponto percentual, enquanto os outros diretores defenderam maior cautela com o afrouxamento monetário; decisão que prevaleceu, mas criou um novo mal-estar no mercado.

Na semana passada, falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma "fritura" do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que não está conseguindo avançar com as propostas para compensar a arrecadação federal, jogaram ainda mais volatilidade no mercado. O Ibovespa acentuou as perdas, renovando a mínima do ano na faixa dos 119 mil pontos, enquanto o dólar bateu em R\$ 5,40, o maior patamar desde janeiro de 2023.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado espera que Copom encerre ciclo de cortes na Selic

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

A piora contínua das expectativas de **inflação** e a depreciação do real, que levou o dólar novamente para a faixa de R\$ 5,40 nos últimos dias, dão força à visão de que o ciclo de flexibilização monetária no Brasil acabou. Para ampla maioria dos participantes do mercado financeiro, a Selic deve permanecer estacionada nos 10,5% na decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central desta quarta-feira.

Das 132 instituições financeiras consultadas pelo Valor, apenas nove ainda veem espaço para um corte de 0,25 ponto percentual no juro básico nesta semana. A mediana das respostas para a Selic no fim do ano tampouco contempla um cenário de que os juros serão reduzidos no Brasil. Apenas 33 casas - exatamente um quarto dos participantes - projetam que o Copom retomará o ciclo de afrouxamento ainda em 2024.

A sensação de que os riscos relacionados à condução da política econômica pioraram nas últimas semanas teve forte impacto nos preços dos ativos brasileiros. Desde a última reunião do Copom, em maio, o dólar saltou dos R\$ 5,15 para perto de R\$ 5,40, e os juros futuros exibiram uma escalada firme, ultrapassando a marca dos 12% em diversos vértices da curva.

Ao mesmo tempo, após a decisão dividida do Banco Central em sua última reunião de política monetária, ganhou força um movimento de desancoragem das projeções de **inflação** de médio prazo. As expectativas para o IPCA no ano de 2025 no Boletim Focus, que estavam em 3,64%, subiram para 3,78% e, assim, se afastaram ainda mais do centro da meta perseguida pela autoridade. Dinâmica semelhante ocorreu para as projeções de **inflação** de 2026, que avançaram de 3,50% para 3,60%.

A pesquisa elaborada pelo Valor vai ao encontro desse cenário, ao apontar que a mediana das estimativas de **inflação** para 2025 da edição de maio para cá saltou de 3,62% para 3,80%.

Nesse contexto, participantes do mercado não enxergam outra alternativa ao Banco Central que não seja encerrar, ao menos por ora, o ciclo de afrouxamento monetário. As fontes ouvidas pela reportagem ainda têm em seus cenários-base uma

decisão unânime dentro do colegiado.

"Acabamos migrando para a visão de que, para controlar a piora das expectativas de **inflação**, o Copom terá de pausar [o ciclo] e buscar uma unanimidade. O dólar subiu, a **inflação** tem dado alguns sinais um pouco mais chatos e a atividade segue forte", afirma a economista-chefe da Gap Asset, Anna Reis.

A economista também espera que a projeção de **inflação** do Copom para o ano de 2025 volte a se afastar do centro da meta, com a piora do câmbio e das expectativas do Focus. "A gente acha que deve passar de 3,3% para 3,4% ou 3,5%. E o BC também deve revisar sua projeção de juro neutro para 5% em termos reais no Relatório de **Inflação**, o que seria mais um motivo para essa projeção se aproximar dos 3,5%", aponta a economista.

De acordo com ela, também há incertezas de como o colegiado irá comunicar a pausa nos cortes. "Dado que vai pausar, é esperado que o **comunicado** seja "hawk" [conservador]. Ele provavelmente vai colocar bastante peso nas expectativas. O que eu vou monitorar é se ele vai sinalizar como uma pausa no ciclo de cortes ou tratar mais como uma interrupção", afirma.

Na avaliação do BNP Paribas, o colegiado não deve fechar completamente a porta para novas reduções da Selic em 2024, mas, ao se colocar em modo "dependente dos dados" e reforçar que busca a convergência das expectativas, a taxa básica de juros deve terminar o ano em 10,5%.

"Acredito que o discurso dos

membros do Copom será mais uníssono desta vez. A decisão dividida trouxe muita volatilidade para o mercado e, pelas comunicações recentes, temos visto os membros tentando trazer um discurso mais único", afirma Laiz Carvalho, economista para Brasil do BNP Paribas. O banco francês projeta, atualmente, dois cenários: ou uma decisão unânime em torno da manutenção dos juros em 10,5%, ou a manutenção pelo placar de 7 votos favoráveis a uma pausa contra 2.

Apesar da perspectiva de um sinal mais alinhado dos

membros do Banco Central, a economista do BNP não crê que haverá impactos diretos na reancoragem das expectativas de **inflação**. Isso porque, segundo ela, há três vetores impulsionando a elevação nas projeções para o IPCA nos anos de 2025 e 2026.

"O primeiro é uma pressão de **inflação** mais alta em 2024, que pode ocorrer pelos impactos da tragédia do Rio Grande do Sul, por efeitos geopolíticos ou por uma **inflação** mais alta no exterior. O segundo é a permanência das incertezas fiscais. Como tenho uma projeção de déficit de 0,7% em 2024 e 1% em 2025, contra uma projeção de 0% do governo, o risco fiscal acaba sendo incluído nas projeções de **inflação**. Isso só vai ficar mais claro perto de agosto, com as discussões para o Orçamento de 2025. E o terceiro ponto, que não é relevante nas minhas projeções, mas que o mercado tem levado em conta, é a possibilidade de um BC mais "dovish" [pró-afrouxamento] a partir do ano que vem", enumera a economista do BNP Paribas.

Na mesma linha, de acordo com o economista-chefe para Brasil do BTG Pactual, Claudio Ferraz, um possível dissenso na decisão poderia pressionar ainda mais as expectativas de **inflação**.

"Uma eventual falta de unanimidade na decisão, mesmo que não seja tão larga quanto a da reunião de maio, teria um efeito adicional bastante deletério sobre as expectativas. Além disso, dúvidas persistem a respeito da comunicação. Acho que há dúvida sobre se será outra reunião sem nenhuma informação futura ou sobre se será uma pausa no ciclo ou algo do gênero. Acho que não deveria haver menção a uma pausa porque, no contexto atual, poderia alimentar uma piora adicional das expectativas, mesmo se houver uma interrupção unânime do ciclo", aponta.

O economista-chefe da XP Asset, Fernando Genta, também espera um placar de 9 a 0 pela manutenção da Selic, mas pondera que a corrida pela presidência da autoridade monetária pode ser um risco. "Olhando os discursos de todos os diretores e os fundamentos, tudo caminha para um 9 a zero, mas sabemos que, embora todos os diretores sejam autônomos, há uma corrida pela indicação para a presidência do BC e isso acaba bagunçando um pouco a expectativa sobre o voto de alguns diretores. Não significa que determinado diretor seja conivente com **inflação** alta ou não ligue para as expectativas, mas também existe uma restrição para tentar se viabilizar para ser o próximo presidente do BC e isso inclui uma incerteza quanto ao placar." Outras fontes consultadas pela reportagem também observam que, para além do placar, será preciso observar com atenção como será a recepção do mundo político ao resultado da decisão e em que tom as críticas serão direcionadas aos

membros indicados pelo governo que eventualmente votarem pela interrupção do ciclo.

Apesar de um cenário desafiador no curto prazo, ainda há a perspectiva, por alguns participantes do mercado, de que os juros voltem a cair ainda neste ano. Anna Reis, da Gap Asset, acredita que haverá espaço para a retomada dos cortes mais perto do fim do ano. "Nossa projeção de **inflação** é de 3,7% para 2025. Com isso, olhando para frente, com uma Selic a 10,5%, a taxa de juro real seria de quase 7%. No segundo semestre, quando o horizonte relevante de política monetária começar a migrar para 2026, a projeção de **inflação** do Copom pode começar a ficar abaixo da meta de 3%. Aí ele poderá retomar os cortes", projeta a economista.

Com isso, a economista acredita em dois cortes de 0,25 ponto percentual nas duas últimas reuniões do Copom neste ano. Segundo ela, o ambiente externo deverá ser mais favorável no fim de 2024, com o provável início do ciclo de afrouxamento monetário nos Estados Unidos. "O Fed deve começar a cortar os juros em setembro, mas, mesmo se eles forem adiados para novembro, já estaríamos na iminência dos cortes nos EUA. Isso pode trazer um ambiente melhor no segundo semestre, com valorização de moedas emergentes", afirma.

O BNP Paribas vê espaço para a retomada dos cortes de juros somente em 2025 devido à expectativa de que a maioria dos bancos centrais vá prosseguir seus ciclos de flexibilização. Assim, o banco francês espera 1 ponto percentual de cortes na Selic no ano que vem, levando a taxa para 9,5%.

"Acredito que o discurso dos membros do Copom será mais unísono desta vez" Laiz Carvalho

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187904>

Com risco fiscal em alta, mercado não descarta elevação da Selic em 2025

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

O forte estresse observado nos ativos domésticos neste mês levou o mercado de juros a embutir nos preços elevações na Selic já neste ano, com uma taxa em torno de 11,25% em dezembro. Embora essa possibilidade seja ainda muito pequena, começa a entrar no radar de alguns agentes a chance de o Banco Central (BC) ser forçado a elevar a taxa básica de juros em 2025.

Os motivos que dão a base para esse consenso não são novos. A atividade econômica resiliente e a pujança do mercado de trabalho já estavam presentes, mas a piora das expectativas de inflação de médio prazo e a desconfiança crescente dos agentes de mercado com a condução da política fiscal alimentaram a percepção de que a autoridade monetária terá de pisar ainda mais no freio para equilibrar a economia brasileira.

O mercado, embora com alguns "stops" de posição e outros fatores técnicos, já embute essa possibilidade no preço dos ativos, com a curva de juros indicando uma Selic em torno de 12% no fim do próximo ano. O nível contrasta de forma relevante com a mediana das projeções de 125 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor, que aponta para uma taxa de juros em 9,5% no fim de 2025.

Há, no entanto, um pequeno grupo de instituições cujo cenário básico já indica uma elevação na Selic no próximo ano. Vale notar, porém, que um número relevante de casas-21, no total - projeta a manutenção da Selic em 10,5% ao menos até dezembro de 2025.

"A grande premissa do meu cenário é de que a política fiscal não será corrigida. Então, sem isso, não tem outro jeito: a conta vai sobrar para a política monetária", afirma o economista-chefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca, cujo cenário aponta para a Selic em 12% no fim do próximo ano.

"Mesmo depois de um ciclo de aperto monetário que não foi nada trivial, a inflação permanece teimosamente acima da meta, inclusive com os componentes que são mais sensíveis aos efeitos da política de juros, como os preços de serviços, significativamente acima da meta. E estamos em um processo de afrouxamento. Como está ficando cada

vez mais claro que a política fiscal terá um papel muito expansionista e como há sinais de que a economia já opera acima do seu potencial hoje, não tem muito jeito. A Selic terá de subir para a inflação voltar à meta", diz Fonseca.

O principal questionamento, na visão do economista da Reag, é saber qual será o canal de desinflação para levar o IPCA de volta aos 3%. "Não existe. As expectativas não vão fazer esse papel, porque estão desancoradas e continuam desancorando; o câmbio continua a refletir o prêmio de risco mais elevado; e o hiato do produto está fechado. Além disso, a inflação já não está em um ponto de partida ideal por estar acima da meta..." Em "live" na última semana, o economista-chefe da Itaú Asset Management, Thomas Wu, destacou a alta da inflação de serviços intensivos em mão de obra, ao apontar que ela "diz alguma coisa sobre o futuro" e mostrar preocupação com a dinâmica desses preços. A média móvel de três meses da inflação de serviços intensivos em mão de obra acelerou de 4,87% em abril para 5,14% no IPCA de maio em base anualizada e dessazonalizada, nível acima da meta de inflação.

"Tem certos preços que só sobem e acabou. Eu nunca cheguei para cortar o cabelo e vi o preço caindo de R\$ 40 para R\$ 30 ou de R\$ 30 para R\$ 20... Isso nunca aconteceu. Essas coisas são inerciais e essa parte [da inflação] está começando a responder um pouco a esse mercado de trabalho forte, a essa atividade forte", disse Wu.

Para ele, o cenário como um todo para os fundamentos macroeconômicos "está um pouquinho mais complicado". "E aí você junta com o mau humor da nossa taxa de câmbio, contaminada por "n" fatores, lá fora atrapalhando bastante e aqui também... Começamos a vislumbrar o risco de que, talvez, o próximo movimento do BC tenha que ser de alta", disse Wu. No momento, a Itaú Asset projeta, em seu cenário básico, a manutenção da Selic em 10,5% ao menos até o fim de 2025.

Olhando para os mesmos pontos, o economista-chefe da Apex Capital, Alexandre Bassoli, carrega desde o ano passado a projeção de que, em algum momento de 2025, o BC será forçado a elevar os juros.

"Em primeiro lugar, o ciclo de afrouxamento monetário

que se iniciou em agosto do ano passado é muito diferente, por exemplo, daquele que ocorreu no fim de 2016.

Naquele momento, havia uma grande recessão e muito espaço para mover a política monetária para o território expansionista. Não é o caso do ciclo que acabamos de passar. A economia se manteve aquecida durante todo o período, com o desemprego baixo e, nesse sentido, sempre vimos um espaço menor para cortes. Não havia prescrição para colocar a política monetária no campo da expansão", afirma.

O segundo fator, na visão de Bassoli, está relacionado ao ambiente de juros mais elevados no exterior. "Mesmo com o maior ciclo de aperto monetário em 40 anos, a economia dos EUA continua crescendo em um ritmo forte. O juro está mais alto no mundo e a consequência disso é que os bancos centrais vão cortar os juros, mas tudo aponta para um ciclo menor. Reduz os graus de liberdade da política monetária no Brasil e também indica que o juro neutro aqui deve ser mais elevado", afirma Bassoli.

Outro aspecto que embasa suas projeções é o estágio da política fiscal doméstica, que segue expansionista. Segundo o economista da Apex, isso contribui para um aumento da demanda agregada, sustentando a perspectiva de que a economia brasileira segue crescendo acima da taxa potencial. Além disso, as incertezas fiscais contribuem para um aumento dos prêmios de risco dos ativos financeiros, o que leva a uma taxa de câmbio mais depreciada e também aumenta o juro neutro da economia.

Assim, a Apex espera que o BC retome o ciclo de altas de juros em 2025 e leve a Selic para a faixa dos 11%. "Parto do pressuposto de que os nomes mudam, mas o regime de metas de **inflação** segue funcionando. Acredito na institucionalidade da política monetária e na independência do Banco Central." É o que também aponta Fonseca, da Reag, para quem o BC "não vai abrir mão de fazer a **inflação** convergir". "Não tem outro jeito", afirma. "Temos um problema de inconsistência macroeconômica clássica por aqui. Caiu a ficha [no mercado] de que não existem instrumentos no arcabouço fiscal que deem conta do ajuste necessário."

9,5% é o consenso para a Selic em 2025 na pesquisa do Valor

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187904>

Vale a pena deixar seu dinheiro no FGTS?

por **Ecio Costa@eciocosta**

O STF decidiu na semana passada que o **FGTS** precisa ser corrigido, pelo menos, pelo IPCA, índice oficial de **inflação**, para que não perca valor em relação ao reajuste de preços da economia. Essa mudança é um avanço, mas pouco animador para os trabalhadores formais que são obrigados a contribuir com parte do seu salário em um fundo que é obrigatório, gera perdas em rendimento e extremamente rígido para o resgate.

A remuneração do **FGTS** é de 3% ao ano mais TR, que tem ficado em torno de 1% ao ano, mais a distribuição de lucros do fundo, que é determinada uma vez por ano e, em alguns anos, é zero. Com isso, a remuneração do **FGTS** perde para a poupança, que remunera 6,17% ao ano mais TR. Ou seja, rotineiramente a poupança, um investimento tradicional e pouco rentável, ganha do valor depositado no **FGTS**.

A perda de valor dos recursos depositados no **FGTS** se torna ainda maior quando são considerados investimentos mais rentáveis e com baixo risco, como os títulos do Tesouro, por exemplo, que estão remunerando atualmente a correção do IPCA mais 6,5% ao ano. Se o trabalhador comparar com outros investimentos de renda variável que envolvem mais risco, como ações, e num horizonte de longo prazo, certamente pagarão ainda mais.

Outro ponto importante é que muitos dos trabalhadores que, obrigatoriamente, têm seus salários deduzidos em 8% do valor bruto já na fonte para contribuir para o **FGTS**, têm dívidas com custos (taxas de juros) muito mais altos. Ao comparar as taxas de juros cobradas em empréstimos pessoais e consignados, cheques especiais, cartões de crédito e até mesmo financiamento imobiliário com os da remuneração do **FGTS**, a diferença é enorme.

Para o trabalhador, vale muito mais a pena ter o salário cheio disponível para decidir como vai usar da melhor forma possível ao invés de ter que contribuir para um fundo que remunera muito mal, trazendo prejuízos para uma classe trabalhadora que não tem muitas oportunidades de renda. O certo deveria ser modernizar esse fundo para torná-lo tão rentável quanto as opções já mencionadas, retirar sua obrigatoriedade ou mesmo extingui-lo.

Por outro lado, o **FGTS** é a principal fonte de recursos

para programas habitacionais, principalmente o Minha Casa Minha Vida, onde imóveis populares são financiados com custos mais acessíveis. No ano passado, o Conselho Curador do **FGTS** aprovou a destinação de R\$ 105 bilhões para habitação em 2024. Do total, R\$ 97,15 foram diretamente para a habitação popular.

Os valores são importantes para a manutenção de programas habitacionais, mas os trabalhadores precisam ter incentivos para continuar mantendo os recursos no **FGTS** sem perda de valor ao longo do tempo. Caso contrário, a recomendação será sempre de resgatar o valor quando surgirem oportunidades, seja para quitar dívidas imobiliárias, para comprar ações de empresas estatais, como aconteceu no passado, ou para usar no **saque aniversário**.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/06/vale-a-pena-deixar-seu-dinheiro-no-fgts.html>